

Heranças, espectros, acontecimento: a desconstrução como pensamento hipercrítico

Héritages, spectres, événement: la déconstruction comme pensée hypercritique

Fabio Marchon Coube
Mestrando PPGF
UFRJ

Resumo: esse texto visa elucidar a desconstrução de Jacques Derrida como um pensamento que vai além da crítica enquanto ato de julgar. A desconstrução não é nem uma teoria nem um método. No entanto, imprevisivelmente as desconstruções estão em curso, acontece. A desconstrução é o que acontece. Chega como uma aparição espectral, mais de um, menos de um “todo outro”.

Palavras-chave: desconstrução; hipercrítica; acontecimento

Résumé: Ce texte vise à élucider la déconstruction de Jacques Derrida comme une pensée qui va au-delà de la critique comme un acte de juger. La déconstruction n'est ni une théorie ni une méthode. Cependant, imprévisiblement les déconstructions sont en cours, ça arrive. La déconstruction c'est ce qui arrive. *Ça arrive comme une apparition spectral, plus d'un, moins d'un “tout autre”*

Mots-clés: déconstruction; hypercritique; événement

Ao longo de sua vasta carreira na filosofia, Jacques Derrida teve seu nome relacionado à desconstrução. A desconstrução deriva do termo “destruktion”¹ oriunda de *Ser e tempo* do filósofo Martin Heidegger, cuja principal vertente segundo Derrida seria dismantelar os pressupostos metafísicos em torno da verdade, da origem, da presença, da razão, entre outros conceitos criados fundamentados pelo pensamento metafísico. A “destruição” da metafísica, com suas devidas aspas ou ressalvas, nada mais seria do que uma libertação dos conceitos uma vez herdados da *tradição* do pensamento filosófico.² Segundo Paulo Cesar Duque-Estrada, diferentemente de Heidegger, onde ainda havia uma

¹ Embora muitas dessas considerações possam ser vistas na segunda parte de *Ser e tempo* (tomemos, por exemplo, o 73º parágrafo, onde Heidegger discutirá o acontecer do *dasein* e seu lugar para além da realidade histórica, mostrando ou “destruindo” a ideia de passado, presente e futuro e suas determinações postuladas na história), façamos menção do termo “destruktion” no 6º parágrafo, quando Heidegger trabalhará a tarefa e se pensar a “destruição” da história ontológica. Segundo Heidegger, sobre uma interpretação que prepararia as estruturas vistas como fundamentais para se pensar o *dasein* e suas relações com a história (pois essa estrutura seria antes de tudo histórica), haveria uma necessidade de interpretação sobre si mesmo, logo rompendo com o conceito de tradição enquanto tal. “A tradição lhe retira a capacidade de se guiar por si mesma, de questionar e escolher a si mesma”, diz Heidegger. A *destruição* nada mais seria do que essa ruptura do conceitual na tradição, na medida em que a tradição se tornaria pouco acessível ao que ela “lega”, encobrindo ou escondendo quando aproximamo-nos. Logo, segundo Heidegger “a questão do ser só receberá uma concretização verdadeira quando se fizer a destruição da tradição ontológica. É nela que a questão do ser haverá de provar cabalmente que a questão sobre o sentido de ser é incontornável, demonstrando, assim, o sentido em se falar de uma ‘retomada’ dessa questão” (HEIDEGGER, 2009, p. 59- 65).

² Segundo Paulo César Duque-Estrada, a desconstrução derridiana não repete o mesmo projeto de Heidegger, uma vez que par ao filósofo alemão, haveria uma necessidade de retorno ao conceito em sua experiência de pensamento ‘original’. Essa seria a principal diferença entre a relação da “destruktion” e a desconstrução. Duque-Estrada acrescenta que para Derrida: “ao contrário de Heidegger, o conceito não pode ser restituído, reduzido ou retornar a sua origem, ao seu momento inaugural. Toda origem já se encontra referida ou suplementada, como diria Derrida, por um conceito. Ela nunca se mostra

necessidade de retornar “a experiência de pensamento original”, para Derrida o ato de desconstruir não leva a nenhuma origem, justamente porque para o filósofo franco-argelino “o conceito não pode ser restituído, reduzido ou retornar a sua origem, ao sem momento inaugural”.

Ainda sobre o “destruktion” em *Le toucher – Jean Luc Nancy*, Derrida re-afirma a herança heideggeriana da desconstrução, mas vai além ao recorrer à *herança da herança*, quando, por exemplo, nos leva ao remetimento da tradição cristã ou luterana em Heidegger, uma vez que Lutero já utilizava o termo “destruktion” segundo o filósofo franco-magrebino “para designar a necessidade de uma dessedimentação dos estratos teológicos que dissimulavam a nudez original da mensagem evangélica a ser restaurada”³. Está em jogo para a desconstrução carregar consigo mesmo sua tradição luterano-heideggeriana, e ao mesmo tempo – por mais paradoxal que seja – distinguir sem rejeitar, levando em conta toda a responsabilidade designada ao ato de “responder a” ou “responder por” um legado sem se deixar reduzir por apenas um traço ou tradição. Trata-se, portanto, do estar sempre endividado por uma espécie de *rastro* dado pelo outro, o resquício que nos convoca a sermos eternamente responsável pelo outro. Receber e escolher, acolher e re-interpretar excede o

como alguma coisa que, enquanto tal, já se encontra presente em algum lugar, despida de todo e qualquer suplemento. Pelo contrário, ela sempre se deixa representar pelo suplemento de um conceito que, a um só tempo, promete e adia a sua presença. E se, efetivamente, é isto o que ocorre, então já não será mais possível pensar em uma origem. Se há algo de originário, trata-se, antes, desta estrutura suplementar, o que Derrida chamou de “suplemento de origem”, e não propriamente de uma origem dada em si mesma. Isto traz uma implicação tanto teórica quanto prática. A partir daí, a desconstrução vai ser marcada por uma permanente vigilância crítica contra a aceitação de toda e qualquer forma de naturalização. O suplemento diz respeito evidentemente, a alguma forma de construção em que, necessariamente, entram em jogo várias determinantes, de ordens lingüísticas, sociais, morais, culturais, históricas, institucionais, estratégicas etc (DUQUE-ESTRADA, 2004, p.1).

³ DERRIDA, 2004, p. 333.

cálculo da herança, atravessa segundo Derrida de maneira “anacrônica”⁴, algo que advêm, mas também se projeta, está desde já lançado em um por vir de todo e qualquer evento. Logo, tomando como base o termo “destruktion” ou destruição para pensarmos a “tradição da desconstrução”, faz-se necessário levar em conta a tradição enquanto *tracement*, traço mnêmico de uma sequência histórica suscetível ao acontecimento em sincronia com a singularidade do *iter*, a iteração, via ou caminho que se põe a repetir na diferença do traçado, recomeçando, renovando e repetindo no decorrer de cada itinerário.

Essa tradição ou entrega confere um caminhar junto daquilo que já se vê traçado, sempre disposto a estar diante do que acontece, ao passo que a desconstrução proposta por Jacques Derrida não propõe romper, sair ou deixar de lado o pensamento metafísico, como muitas vezes é relacionado.

⁴ Segundo Geoffrey Bennington, se por um lado, posicionamos Derrida como filósofo contemporâneo, visto sua produção acadêmica a partir da década de 60, somados a repercussão de seus textos assim como o caráter atual de muitas discussões, por outro lado, ressurge a problema da demarcação, o apontamento de uma filiação que possa induzir então uma técnica de leitura marcada pela relação de seus predecessores.⁶ Seria por isso que o estar com o tempo é seguido de um desajuste temporal, estar “com o tempo” em um tempo desajustado exige a força ou a reticência marcada pelo *talvez*, um talvez que seja capaz de dizer “não estamos tão certos assim quanto a isso”. Seguindo essa temporalidade aporética atribuída ao pensamento de Derrida, faz-se necessário então pensar no que Bennington atribui a “duas dimensões solidárias”. Sincrônica seria “no que concerne ao lugar de Derrida na galáxia dos contemporâneos, franceses pelo menos (que ocupa com relação a Deleuze, Foucault, Lacan, Lévinas, Lyotard; para citar somente os mais conhecidos)”⁴ e a diacrônica “no que concerne à história, que só leva em conta o contemporâneo na medida em que este contribui para ‘nossa modernidade’.⁴ A respeito dessa última, Bennington indaga em que Derrida deixaria para trás filósofos como Hegel, Heidegger, Husserl, Freud, Marx, Nietzsche? Pensar com o tempo então nada mais seria do que atribuir ao contemporâneo uma projeção de deslocamento da nossa própria contemporaneidade. O que torna, de certa forma, Derrida, um extemporâneo (BENNINGTON, G., DERRIDA. 1996, p. 89- 98).

Em *Margens da Filosofia* observamos esse movimento que se mantém ao lado da tradição, do clássico, da memória, e ao mesmo tempo aborda novas formulações ou intervenções. Citemos o filósofo:

A desconstrução não consiste em mudar de um conceito para o outro, mas em reverter e deslocar uma ordem conceitual, assim como uma ordem não-conceitual com a qual está articulada. Por exemplo, escrever, como um conceito clássico, vincula-se a predicados que foram subordinados, excluídos ou mantidos em suspenso por força de e de acordo com necessidades a serem analisadas. São esses predicados, cuja força de generalidade é liberada e enxertada em um “novo” conceito de escrita, que correspondem também ao que sempre *resistiu* à organização anterior das forças, sempre constituíram o *resíduo* irreduzível à força dominante, organizando a hierarquia a que podemos nos referir, em resumo, como logocêntrica. Deixar esse novo conceito com o velho nome de escrita é manter a estrutura do enxerto, a transição e aderência indispensável a uma efetiva intervenção, no campo histórico constituído. É tudo o que está em jogo nas operações de desconstrução a chance, a força, o poder da comunicação. (DERRIDA, 1991, p. 393).

A força da desconstrução reside, resiste como resíduo, irreduzível em forma de herança, ao acolher, reconhecer a posição de herdeiro, reafirmando algo que vem “antes de nós”. Recebimento intrínseco que nos *designa* – indica (alguém ou algo) entre os demais – a pensar sobre um acontecimento anterior, uma apropriação do passado mesmo sabendo que essa forma ou maneira de apropriação muitas vezes se põe no campo do inapropriável, do inacessível. A realização ou preenchimento do ‘desejo’ ou vontade de apropriação escapa quando o mesmo se desloca, proporcionando o processo da *différance* uma vez

que tal reconhecimento – lembremos aqui se tratar da herança enquanto memória filosófica — sempre se põe a habitar no remetimento de um *fazer novamente* de maneira mais fiel possível. Ao mesmo tempo, reafirmar exige o refazer traíndo sua instância condicional justamente por se tratar da fidelidade como a continuação de um legado. *Fiel por infidelidade, infiel por fidelidade*.

Para Derrida, é preciso essa re-afirmação, pois somente assim mantemos a herança viva. Pois para o filósofo, o ser-em-vida, talvez possa ser definido por uma espécie de tensão da herança, reinterpretando aquilo que é dado do dom, da da filiação. Reitera-se a responsabilidade da decisão, como por exemplo, ao carregar na assinatura aquilo que tomamos ou apropriamos como o mais próprio possível, a nomeação ou ato de nomear, a “própria” assinatura. Sendo invadida ou levada por um outro que contra-assina em *meu* lugar, o meu *não*-lugar, o *não-lugar*, a assinatura, essa “violência apoiada e discreta de uma incisão inaparente na espessura do texto”⁵, que é pinçada através da estrutura de um enxerto pela qual dois textos podem funcionar em mutação graças as suas porosidades de seus limites. Em *Point de Suspension*, Derrida dirá que “todos os textos são diferentes. É preciso jamais apresentá-los em uma mesma medida. Nunca se lê com "o mesmo olho/olhar". Cada texto chama, se assim podemos dizer, por um "outro olho/olhar”⁶.

A desconstrução torna-se então herdeira do *vestígio*, um pensamento em restância para além de conferir, comparar ou nomear, admitindo-se como pensamento sempre em vigília da responsabilidade do golpe, responsabilidade radical que mantém o outro enquanto marcado por sua assinatura, o assinar mais irresponsável – mas talvez o único possível pois exige uma responsabilidade absoluta –, uma marca que contra-assina o

⁵ DERRIDA, 1991, p. 395.

⁶ DERRIDA, 1992, p. 230.

outro e contorna não só o passo uma vez dado, mas também o passo a seguir.

O funcionamento da dupla injunção, essa inscrição errante da herança, funciona como mascaramento das tessituras do texto em forma de uma estranha presença do traço relativo à “tradição da desconstrução”. É a partir dessa dobra que se torna possível a re-marcação do texto. Permeia nessa dupla injunção o luto do traço, sempre em dívida com essa dupla injunção a ser recebida e reafirmada, impondo o traçado da memória de acordo com o por vir de um novo evento. Reafirma-se, portanto, a vida, dizendo “sim” à herança viva, não a deixando incólume, sem ferimento ou arranhão de um novo evento *traçante*, risco assumido que não procura ferir, mas que intervém em nome do acontecimento ante ao que procura apenas manter salvo ou sob domínio apropriador do arquivo. Para tanto, citemos Derrida:

Meu desejo se parece com aquele de um apaixonado pela tradição que gostaria de se livrar do conservadorismo. Imagine um apaixonado pelo passado, apaixonado por um passado absoluto, um passado que não seria mais um presente passado, um presente na medida, na desmedida de uma memória sem fundo – mas um apaixonado que receia o passadismo, a nostalgia, o culto da lembrança. Dupla injunção contraditória e desconfortável, portanto, para esse herdeiro que acima de tudo não é o que se chama ‘herdeiro’. Mas nada é possível, nada tem interesse, nada me parece desejável sem ela. Ela ordena dois gestos ao mesmo tempo: deixar a vida viva, fazer reviver, saudar a vida, ‘deixar viver’, no sentido mais poético daquilo que, infelizmente. Foi transformado em slogan. Saber ‘deixar’, e o que significa ‘deixar’ é uma das coisas mais belas, mais arriscadas, mais necessárias que conheço. Muito próxima do abandono, do dom e do perdão. A experiência de uma ‘desconstrução’ nunca

acontece sem isso, sem amor, se preferir essa palavra. Ela começa por render homenagem àquilo, àqueles que eu diria a quem ela ‘se prende’ (DERRIDA, 2004, p. 13-14).

O filósofo dirá então que esse “deixar viver” excede o limite do conceito, aquilo que se prende, o rendimento do conceito que dá nome ao acontecimento digno de apreensão ou captura. O amor habita essa herança espectral que não se deixa apropriar mais, não está nem vivo nem morto, mas sim quase abandonada, a pouca distância, quase lá. E sem não se atinge o que se ama, seu vestígio é o que retorna tal como em *Aparição amorosa* de Carlos Drummond de Andrade. Citemo-lo:

Doce fantasma, por que me visitas
como em outros tempos nossos corpos se
visitavam?
Tua transparência roça-me a pele, convida
a refazermos carícias impraticáveis: ninguém
nunca
um beijo recebeu de rosto consumido.

Mas insistes, doçura. Ouço-te a voz,
mesma voz, mesmo timbre,
mesmas leves sílabas,
e aquele mesmo longo arquejo
em que te esvaías de prazer,
e nosso final descanso de camurça.

Então, convicto,
ouço teu nome, única parte de ti que não se
dissolve
e continua existindo, puro som.
Aperto... o quê? a massa de ar em que te
converteste
e beijo, beijo intensamente o nada.
Amado ser destruído, por que voltas
e és tão real assim tão ilusório?
Já nem distingo mais se és sombra
ou sombra sempre foste, e nossa história
invenção de livro soletrado

sob pestanas sonolentas.
Terei um dia conhecido
teu vero corpo como hoje o sei
de enlaçar o vapor como se enlaça
uma idéia platônica no espaço?

O desejo perdura em ti que já não és,
querida ausente, a perseguir-me, suave?
Nunca pensei que os mortos
o mesmo ardor tivessem de outros dias
e no-lo transmitissem com chupadas
de fogo aceso e gelo matizados.

Tua visita ardente me consola.
Tua visita ardente me desola.
Tua visita, apenas uma esmola
(ANDRADE, 2009, p. 518).

Como se contentar com o sentimento de apreensão que não passa? Seria isso um mal-estar melancólico, indelével, incurável? A desconstrução da presentificação ou desse algo que não se apropria ter na própria origem um suplemento, o hiper-real das ilusões, forma escura na superfície que assombra o real, de maneira que o real não pode mais ser pensado sem a radicalidade da interposição que permeia sua fonte de luz. E se já não é passível de morada, o dom é a maneira que aparece – em esmola – escapando do espaço real. O que escapa em Drummond também pode ser notado em *Destruição* quando podemos retornar a questão fantasmática:

Nada. Ninguém. Amor, puro fantasma
que os passeia de leve, assim a cobra
se imprime na lembrança do seu trilho.

E eles quedam mordidos pra sempre.
Deixam de existir, mas o existido
Continua a doer eternamente
(ANDRADE, 2002, p. 475).

O amor ao fantasma é um ponto de tensão, ele vem, chega em forma de aparição ou espectros, como em *Mal de arquivo*, esse fantasma que não responde mais. “Não se fala com o fantasma em qualquer língua, afirma o filósofo franco-argelino⁷.

Logo, faz-se preciso passar por uma experiência para além da apropriação, ou o hiperconceitual da herança, sabendo fazer uso dessa imensa gama conceitual na qual herdamos, ao passo que, do mesmo modo que acolhemos, resistimos aos seus limites, lidamos também com o que excede, a apreensão ou o desejo de domínio conceitual.

Em entrevista concedida a Antoine Spire, Derrida foi indagado quanto à repetição do que já foi dito e como, através da repetição, se chega a algo novo, como se torna possível inovar dentro de uma categoria filosófica universalizante. O filósofo franco-argelino responde de seguinte maneira:

Recentemente me apaixonei pela expressão francesa “une fois pour toutes” (de uma vez por todas). Ela expressa com bastante economia o acontecimento singular e irreversível d(o) que só acontece uma vez e, portanto, não se repete mais. Mas, ao mesmo tempo, ela abre para todas as substituições metonímicas que a levarão para outro lugar. O inédito surge, quer se queira, quer não, na multiplicidade das repetições. Eis o que suspende a oposição ingênua entre tradição e renovação, memória e porvir, reforma e revolução. A lógica da iterabilidade arruína de antemão as garantias de tantos discursos, filosofias, ideologias. (DERRIDA, 2004, p. 332).

A respeito dessa referida passagem Derrida exemplifica com a relação entre a leitura de um livro e seu leitor. Cada vez que relemos um livro, a repetição já é marcada

⁷ DERRIDA, 2001, p.112.

por uma diferença, a experiência é diferente cada vez, em cada leitura. Da mesma forma podemos pensar uma entrevista. Mesmo que se repita o conteúdo, haverá um contexto diferente, uma outra situação, e o imprevisto sempre terá espaço para uma outra assinatura. *Une fois pour toutes*, o que interessa para a desconstrução é justamente esse caminhar imprevisível, o surgimento do outro na reiteração. Não há um método a ser seguido ou que oriente seu percurso. E esse percurso oblíquo, o que Derrida chama de “diversificação essencial à desconstrução” não seria nem uma filosofia, nem um método, nem uma doutrina, mas algo como o impossível e o impossível como o que *chega*.

Para além das fronteiras filosóficas, carregando uma herança das mais diversas áreas do conhecimento, a desconstrução solapa os pressupostos de uma crítica enquanto *krinein, krisis*. A história da crítica exige uma fazer de outra maneira, assombrados pela repetição e pelo enxerto que contamina toda e qualquer possibilidade ou limite. Logo, uma *hipercrítica*⁸, que vem a ser a própria desconstrução, palavra do próprio Derrida segundo François Cusset, constituir-se ia em ir além de designar um estilo de leitura a ser feito, além de uma leitura analítica de texto. Pois se por um lado uma leitura analítica proporciona a crítica, por outro, esse ato de leitura impõe sobre si mesmo a possibilidade de cair em um método, estar em uma nova construção⁹, assim como sempre estar apta a negociar com o pensamento. “É preciso que a desconstrução seja manejável, utilizável, suscetível de aplicações múltiplas – tanto para ler um único poema quanto para reler politicamente toda a história das ideias”¹⁰, afirma Cusset.

⁸ CUSSET, 2008, p.117.

⁹ Para exemplificar essa passagem, Cusset toma como exemplo a definição de desconstrução feita por Willian Fleisch. Segundo Fleisch, a desconstrução é um “termo que denota um estilo de leitura analítica que considera suspeito o conteúdo manifesto dos textos” (CUSSET, 2008, p.110).

¹⁰ CUSSET, 2008, p.117.

Aliás, pensar a desconstrução como método aplicável a um determinado ato de leitura não faz jus à utilidade hipercrítica desse pensamento, que se mantém em prontidão para suspeitar de toda e qualquer consideração já feita acerca da história da filosofia, sua genealogia, assim como seus conceitos, levando em conta são somente seus axiomas, mas suas instituições, suas relações sociais, políticas, culturais, entre outros.

Para Christopher Norris colocar a desconstrução como método ou sistema seria como falsificar sua natureza e a colocaria aberta a acusações e mal-entendidos. Aos poucos como o estruturalismo, a teoria crítica a absorveria como mais um novo desafio¹¹. Segundo Jonathan Culler, a desconstrução não conduziu a crítica a um patamar de maravilhosa invenção em forma de um nova unidade, justamente por observar no conceito de unidade um dos principais problemas para uma teoria¹².

Mas, sobretudo para Jacques Derrida, não somente há uma proposta de pensar a filosofia de uma maneira não-filosófica, mas também lançar um convite, um convite ao pensamento do outro rumo a um avizinhamento, uma *paragem*. Esse convite, convocação ou “chamamento”, nada mais seria do que a maneira encontrada pelo pensamento afim de acolher o outro, endereçar-se ao outro, seja esse todo ou qualquer outro, mais de um outro, menos de um outro.

Referências bibliográficas

ANDRADE, C. D. de. *Farewell in Nova reunião: 23 livros de poesia* – volume 3. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2009.

¹¹ NORRIS, 2002, p. 1.

¹² CULLER, 1997, p. 200.

_____. *Lição de Coisas in Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

BENNINGTON, G., DERRIDA, J. *Jacques Derrida*. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 1996.

CULLER, J. *Sobre a Desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Trad. Patricia Burrowes. Rio de Janeiro: Recorde: Rosa dos Tempos, 1997.

CUSSET, F. *Filosofia Francesa, a influência de Foucault, Derrida, Deleuze & Cia*. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DERRIDA, J. *Mal de Arquivo. Uma Impressão freudiana*. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. *Margens da filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Campinas: Papirus, 1991.

_____. *Papel-máquina*. Trad. Evando Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

_____. *Points de Suspension*. Editions Galilée, 1992.

DERRIDA, J., ROUDINESCO, E. *De que amanhã... Diálogo*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

DUQUE-ESTRADA, P. C. *Ecos da Desconstrução*. 2004. Entrevista concedida à Editora PUC-Rio. Acesso em 02/04/2011. Disponível em: http://www.editora.vrc.puc-rio.br/autores/autores_entrevistas_paulo_cesar_duque.html

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Trad. Márcia de Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2009.

NORRIS, C. *Deconstruction. Theory and practice*. Routledge,
3^o Edition: New York, 2002.

